



**Diário Notícias**

16-10-2013

**Periodicidade:** Diário

**Classe:** Informação Geral

**Âmbito:** Nacional

**Tiragem:** 56361

**Temática:** Política

**Dimensão:** 1888

**Imagem:** S/Cor

**Página (s):** 1/10 a 11



# Há 26 altas figuras portuguesas investigadas no 'caso Angola'

**Relações.** O Presidente angolano, José Eduardo dos Santos, cortou ontem a parceria estratégica com Portugal. A gota de água foi a polémica Rui Machete e o facto de só terem sido conhecidos os nomes angolanos da investigação (13) e não os das personalidades portuguesas da banca e negócios

ATUAL PÁGS. 10 A 13 EDITORIAL | OPINIÃO DE SEIXAS DA COSTA PÁG. 56

## Atual 2 Fim da parceria estratégica

### Nove momentos

As relações entre Lisboa e Luanda agravaram-se nos últimos dias, após o ministro dos Negócios Estrangeiros pedir desculpas por causa dos processos judiciais contra altas figuras angolanas. Com o primeiro-ministro a qualificar as afirmações como infelizes, o *Jornal de Angola* publicou vários editoriais violentos contra Portugal.

#### 1 Encontro 2 de setembro

Rui Machete recebe em Lisboa o seu homólogo angolano, Georges Chikoti. É no quadro dessa visita que concede uma entrevista à Rádio Nacional de Angola, noticiada quase um mês depois pelo DN, onde pede desculpas a Luanda por haver altas figuras do Estado angolano sob investigação em Portugal.

#### 2 'Desculpas' 2 de outubro

O DN revela que o ministro Rui Machete pediu "desculpas diplomáticas" a Angola por estar em curso investigações a cargo do Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP) contra altas figuras do Estado angolano, desvalorizando os casos com base em alegadas informações da PGR.

#### 3 PGR esclarece 4 de outubro

A procuradora-geral da República, Joana Marques Vidal, declara que nunca deu informações ou fez comentários sobre os processos envolvendo cidadãos angolanos, que estão em segredo de justiça. Depois fez questão de lembrar o princípio da separação de poderes executivo, legislativo e judicial no País.

#### 4 MNE reage 4 de outubro

As reações da oposição, com o PS à cabeça, da PGR e de muitos outros setores levaram o ministro Rui Machete a fazer um comunicado onde dizia ter apenas interpretado uma nota divulgada no final de 2012 pelo DCIAP. Porém, essa nota só confirmava haver processos em curso contra cidadãos angolanos em Portugal.



# Investigação do DCIAP envolve 26 empresários portugueses e 13 angolanos

**Crise.** Altas figuras do Estado angolano já entregaram declarações fiscais e de rendimentos no MP. Gestores de topo e banqueiros são a maioria dos portugueses 'envolvidos'

CARLOS RODRIGUES LIMA

A investigação do Ministério Público português a altas figuras do Estado angolano, que tem provocado críspas diplomáticas, tanto pode acabar no caixote do arquivamento como se pode transformar num barril de pólvora judicial: é que, além dos 13 cidadãos angolanos, um antigo embaixador de Angola denunciou também 26 empresários portugueses — desde banqueiros a gestores de topo, os quais nos últimos anos têm mantido relações de proximidade com a política e economia angolanas.

Segundo o DN apurou na lista de denunciados do antigo embaixador angolano poderão estar empresários ligados a sectores da energia, distribuição, banca, advocacia e construção civil.

Este processo, que corre no Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP), tem estado na origem dos sucessivos "mal-estares" do Governo angolano, que culminaram, ontem, com a suspensão da "parceria estratégica" com Portugal, anunciada pelo Presidente José Eduardo dos Santos.

Depois de entregar uma primeira denúncia, na qual só identificou como suspeitos as filhas de José Eduardo dos Santos — Isabel dos Santos e Thizé dos Santos — e o general Hélder Vieira Dias, "Khopelika", chefe da casa militar do Presidente angolano, Adriano Parreira (antigo embaixador angolano, condenado pelo Supremo Tribunal de Luanda pelo desvio de 1,2 milhões de dólares) fez um aditamento à queixa inicial, colocando no rol de suspeitos várias figuras do Estado angolano, como o atual número dois do Governo, Manuel Vicente, e o gover-

nador da província de Kuando-Kubango, Higinio Carneiro.

Ora, ao que o DN apurou junto de uma fonte próxima da diplomacia angolana, "Khopelika", Manuel Vicente e Higinio Carneiro já fizeram, há muitos meses, chegar ao DCIAP declarações fiscais, de rendimentos e de património. Porém, o processo tem sido mantido em aberto. "Foram prestados todos os esclarecimentos e mais alguns, só que, aparentemente, o Ministério Público está à espera de investigar toda a gente para arquivar ou acusar", referiu a mesma fonte, acrescentando que o "mal-estar" decorre, precisamente, da morosidade. "Enquanto não há decisão, os governantes angolanos já foram condenados publicamente", disse a mesma fonte. "E só se fala nos angolanos", precisou.

Por isso, quando José Eduardo dos Santos falou ontem de "incompreensões ao nível da cúpula", ao mesmo tempo que anunciou a suspensão da "parceria estratégica" com Portugal, não estaria só a referir-se ao poder político, mas também à Procuradoria-Geral da República. Em fevereiro deste ano, o *Expresso* noticiou que o procurador-geral angolano, José Maria de Sousa, estava a ser investigado pelo DCIAP. "Uma fuga de informação que nem mereceu, através de uma simples carta, um pedido de desculpa da procuradora-geral portuguesa ao homólogo angolano", referiu a fonte. Ambos os procuradores até estiveram juntos, em julho, na Cimeira de procuradores-gerais da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), mas "não houve uma palavra sobre o assunto por parte de Joana Marques Vidal", acrescentou a mesma fonte.

Tudo somado, levou a um resultado óbvio: Angola suspendeu a parceria estratégica com Portugal.



Em novembro de 2011, Passos Coelho, em Luanda, anunciou a intenção de "aprofundar e int

## "Parceria estratégica com Portugal já existe faltava apenas formalizá-la"

**DIPLOMACIA** Governo continua a preparar cimeira luso-angolana prevista para fevereiro. Fonte diplomática garante ao DN que Portugal perdeu a "posição privilegiada"

O presidente da Câmara do Comércio e Indústria Portugal-Angola, Bayan Ferreira, afirmou ontem ao DN que a "parceria estratégica entre os dois países já existe na realidade, falta apenas registá-la no papel".

Inquirido sobre a afirmação do Presidente angolano, Bayan Ferreira limitou-se a responder: "Respeito e compreendo a atitude do Presidente Eduardo dos Santos", que "foi sempre um entusiasta" do avanço da parce-

ria estratégica entre os dois países. Aliás, garante o responsável, "as relações bilaterais não saíram lesadas; são exemplares, não são perfeitas" e "há sempre soluções quando existe boa vontade".

Suspender a parceria? "Não, ela vai continuar, empresário a empresário, projeto a projeto. Em Angola, os portugueses não são perseguidos; são relações especiais", garante o responsável. Bayan Ferreira reconhece que há algo que "indispõe" Luanda, por exemplo, como "quando surgem notícias que têm a ver com fugas ao segredo de justiça" ou se comenta os investimentos em Portugal como se "não fossem bem-vindos".

Por seu turno, fonte do Ministério dos

**5 "Expressão Infeliz"**  
5 de outubro

O primeiro-ministro, Pedro Passos Coelho, comenta o caso pela primeira vez e desvaloriza-o, protegendo Rui Machete. Para o chefe do Governo, "ninguém pode ficar diminuído politicamente por ter tido uma expressão infeliz". Passos Coelho acrescenta uma garantia: "Nós não interviríamos no poder judicial."

**6 PR elogia PGR**  
5 de outubro

O Presidente da República afirma que o ministro dos Negócios Estrangeiros não responde perante ele, apenas ao chefe do Governo. Cavaco Silva realça a posição tomada "e bem" pela PGR, ao citar um "princípio básico" da democracia portuguesa, "que é a independência dos tribunais e a autonomia do Ministério Público".



**7 Audição**  
8 de outubro

Rui Machete, ouvido pela Comissão parlamentar de Negócios Estrangeiros, admite ter falado "de uma forma menos feliz" sobre a matéria à Rádio Nacional de Angola, diz que "a crise" entre os dois países nasceu da "violação do segredo de justiça" e alega estar a ser vítima de uma campanha de "assassinato político".

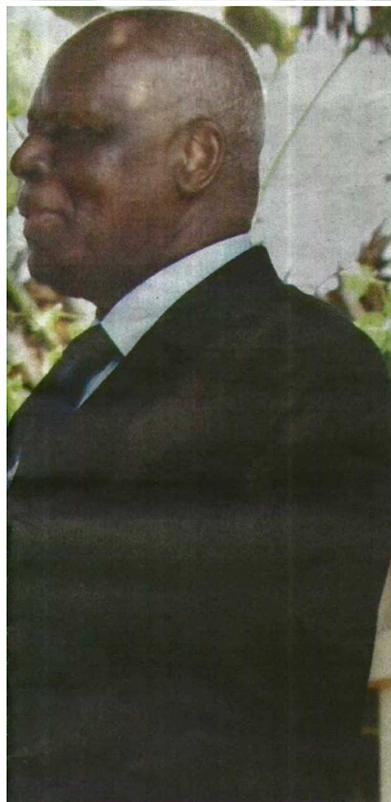
**8 Visita**  
10 de outubro

Em Luanda, o secretário de Estado da Cooperação garante que "não é necessário apaziguar os ânimos" entre Portugal e Angola e que "as relações entre o povo português e o povo angolano são relações excelentes, de grande afeto e grande carinho". No fim da visita, Luís Campos Ferreira revela o adiamento para 2014 da primeira cimeira bilateral.



**9 Editoriais**  
12 de outubro

O *Jornal de Angola* publica novo editorial, intitulado "Clarificação necessária", onde acusa o Ministério Público de ter "ligações perigosas" com os *media* e insta "os democratas" a criticar os "magistrados judiciais e do Ministério Público que despojadamente vão para a cama com jornalistas avençados".



**“ José Eduardo dos Santos**

*Só com Portugal, as coisas não estão bem. Têm surgido incompreensões ao nível da cúpula e o clima político atual reinante nessa relação não aconselha à construção da parceria estratégica antes anunciada”*

*“As campanhas de intimidação (...) são feitas persistentemente contra os africanos porque não querem ter concorrentes locais e querem continuar a levar cada vez mais riqueza para os seus países”*

significar” a aliança estratégica com Angola

Negócios Estrangeiros português garantiu ao DN: "Continuamos a preparar a cimeira bilateral" que está agendada para fevereiro de 2014. "Não temos informação em contrário".

A coberto do anonimato, fonte diplomática explicou ao DN que a afirmação de Eduardo dos Santos significa que, a partir de agora, Portugal "deixa de estar numa posição privilegiada" para investir em Angola ou ser recetor de investimentos angolanos. "Estamos a viver um momento sério" nas relações bilaterais, disse a mesma fonte, para quem uma das causas desta crise se prende com o "descuido como se fala em Portugal; com o uso e abuso da palavra; fala-se sem pensar nas consequências". "Os sucessivos ataques a dirigentes angolanos", as "investigações judiciais que nunca chegam ao fim, cujo resultado nunca é conhecido" são situações que não agradam a Luanda e de que o Presidente Eduardo dos Santos fez eco no seu discurso sobre o Estado da Nação.

As cúpulas, a que aludiu o Presidente de Angola, "não é só o Governo e as instituições mas também os donos de empresas, incluindo as de comunicação social", adiantou. L.R.

**FORÇAS ARMADAS**

**Duas décadas a cooperar a nível militar e de Defesa**

«O programa-quadro de Cooperação Técnico-Militar (CTM) luso-angolano, que se iniciou formalmente em meados dos anos 1990, é dominado por programas de formação de militares e de apoio e assessoria aos órgãos superiores do Ministério da Defesa e das Forças Armadas de Angola. Com quase duas décadas de milhares de militares angolanos envolvidos ao longo do tempo nesses projetos, que se pretendia ver alargados às áreas da indústria e tecnologia, os ministros da Defesa dos dois países analisaram a CTM em julho último (durante a visita de José Pedro Aguiar-Branco a Angola) e assinaram novos acordos nos domínios da saúde militar, prestação de apoio hospitalar e cooperação na área da Inspeção-Geral de Defesa.

**Caso Rui Machete foi a “gota de água” para Governo de Luanda**

**CRISPAÇÃO** Luanda não gostou de ver o ministro dos Negócios Estrangeiros português a ser desmentido pela PGR. E mais incomodada ficou quando Passos Coelho reduziu a uma "expressão infeliz" um "pedido de desculpas"

A confiança que o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, Luís Campos Ferreira, transmitiu, na semana passada, no final de uma visita a Angola pode ter um paralelo com as declarações de Rui Machete à Rádio Nacional de Angola. O ministro disse, em resumo, que os processos judiciais eram apenas questões burocráticas, o que não se confirmou, Luís Campos Ferreira garantiu que as relações Portugal-Angola eram "excelentes", sem necessidade de "apaziguar os ânimos". Ontem, o Presidente angolano, José Eduardo dos Santos, venceu o contrário: "Com Portugal, as coisas não estão bem."

De acordo com fonte próxima da diplomacia angolana, as tais "coisas" já não estavam "bem" desde os sucessivos casos relatados na imprensa portuguesa sobre as investigações a altas figuras do Estado angolano. Em Luanda, criticava-se as eventuais violações do segredo de justiça, assim como a morosidade dos processos (ver texto nesta página). Porém, depois de o DN ter divulgado em território português as declarações feitas pelo ministro dos Negócios Estrangeiros à Rádio Nacional de Angola tudo se complicou. Rui Machete, recorde-se, invocando o seu conhecimento através de "informações genéricas" prestadas pela procuradora-geral da República, Joana Marques Vidal, garantiu que nos processos não havia "nada substancialmente digno de relevo e que permitia entender que alguma coisa estaria mal, além do preenchimento dos formulários e

de coisas burocráticas", pedindo "desculpas diplomáticas" ou "diplomaticamente desculpa" a Angola. No mesmo dia em que o DN reproduziu tais declarações, a Procuradoria-Geral da República emitiu um comunicado, garantindo que Joana Marques Vidal não abordou o assunto dos processos com ninguém. Ou seja, o ministro passou um "atestado de inocência" sem estar na posse de elementos que o sustentassem.

De acordo com a mesma fonte, em Luanda instalou-se um "mal-estar", já que "um Estado recebeu uma garantia de um representante de outro, a qual, afinal, não era verdadeira". A intervenção do primeiro-ministro, Pedro Passos Coelho, acabou não por ter um efeito apaziguador, mas sim potenciadora da polémica. O governante português reduziu as declarações do seu ministro dos Negócios Estrangeiros a uma "expressão menos feliz". Ficou a dúvida na diplomacia angolana: qual expressão? A declaração sobre os processos judiciais ou o pedido de desculpas público?

Depois da declaração de José Eduardo dos Santos, suspendendo a "parceria estratégica", o líder parlamentar do CDS, Nuno Magalhães, fez uma declaração, que pode ser entendida como uma crítica a Rui Machete: "Talvez agora se perceba melhor porque é que o CDS sempre teve uma postura de não dizer nada nem praticar qualquer ato que pudesse prejudicar os 150 mil portugueses que trabalham e vivem em Angola ou as dez mil empresas que exportam." C.R.L.

**PS fala em ‘lamentável deterioração’ e culpa Executivo**

**REAÇÕES** O secretário-geral do PS considerou ontem que "o PS não pode deixar de voltar a criticar o Governo português, que, num momento tão delicado como o atual, contribuiu para uma lamentável deterioração das relações bilaterais".

Sendo, no seu entender, que "a relação entre Portugal e Angola vai para além da economia e dos negócios", Seguro deixa um apelo a ambas as partes: "As mais altas autoridades, tanto em Portugal como em Angola, devem empenhar-se no esforço

de normalização política."

Pelo PCP falou o deputado António Filipe, que considerou que a origem do problema está em "declarações inaceitáveis" de Rui Machete. Já o Bloco de Esquerda considerou a atitude de Angola como um "desrespeito" a Portugal - mas também enquadrou a atitude no que o MNE português disse. "Ao não se dar ao respeito, é agora, na prática, pressionado, novamente desrespeitado, pelo regime angolano", declarou o líder parlamentar do BE, Pedro Filipe Soares.